

AS CONTRIBUIÇÕES DE RUI BARBOSA PARA O PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO: PROBLEMAS, FONTES E CONCEPÇÕES

Gilmar Aparecido Altran

Universidade Estadual de Londrina (UEL) - altran@uel.br

Resumo

Abordar o pensamento de um autor nunca é uma tarefa fácil. No caso específico de Rui Barbosa torna-se desafiante uma vez que se tem, no âmbito da literatura acadêmica, um significativo volume de pesquisas. Todavia, insistir parece ser algo não apenas válido, como também atual, provocando reflexões, paixões e de certa forma, revisitar o próprio conceito de educação subjacente na trajetória da educação brasileira. Nesse espírito, o projeto de pesquisa em ensino, com estudantes do Curso de Pedagogia (UEL), foi constituído para o debate em torno do pensamento filosófico-educacional e sua contribuição para a formação inicial de professores. Tomando os caminhos da revisão bibliográfica, selecionando escritos do autor e seus comentadores, foi possível recuperar temáticas que evidenciam o veio filosófico de sua obra, bem como o amadurecimento dos conceitos de “Iluminismo” e “Ilustração Brasileira” e ainda, sua intersecção com a constituição do sistema público de ensino no Brasil. No bojo dessa discussão, a evidência da formação humana enquanto projeto de nação e de estado. Rui se destaca por apresentar uma concepção de educação cuja origem pode ser entendida a partir da defesa dos ideais liberais do início da República. Buscou dar forma e conteúdo ao Estado Brasileiro promovendo reformas e colaborando significativamente com a discussão política de então. Desse modo, no tocante à formação de professores e à oxigenação do debate filosófico-educacional, tratar de seu pensamento é contribuir para que as temáticas e os problemas atuais, no campo educacional, possam ser amadurecidos e evitar que paradigmas dogmáticos possam sucumbir o desejo de uma educação mais participativa em todos os aspectos. A defesa da educação passa, tanto na época de Rui, quanto hoje, pela ampliação do acesso à escola. Ao se referir à questão da desigualdade social, entendia que pudesse ser compreendida e combatida pelo viés do acesso à escola. Assim, a universalização do acesso à educação formal torna-se uma de suas mais ardentes defesas, objetivando a superação das mazelas presentes na vida pública.

Palavras-chave: Filosofia e Educação. Iluminismo Brasileiro. Educação Republicana.

Introdução

O debate em torno do pensamento filosófico e a educação no Brasil tem sido orientado por discussões acerca de sua natureza e seu ensino. O propósito, em linhas gerais, consiste em constituir um campo filosófico definindo então limites e abordagens próprias dessa questão. Todavia, poucos estudos têm sido desenvolvidos no âmbito dos discursos filosóficos que envolvem a prática educativa. Estudos de natureza filosófica sobre a questão podem ampliar a visão e delimitar seu terreno, permitindo assim contribuir para a compreensão sobre acerca do veio filosófico-educacional no Brasil. Com base nesse arcabouço foi proposto e aprovado, pelas

instâncias colegiadas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Projeto de Pesquisa em Ensino “As Contribuições de Rui Barbosa Para o Pensamento Educacional Brasileiro: problemas, fontes e concepções” com objetivo de envolver estudantes do Curso de Pedagogia, da mesma instituição, para o período de 2014 a 2017.

Os cursos de Pedagogia, em geral, apresentam em seus projetos pedagógicos, a disciplina de Filosofia e Educação no Brasil, ora também denominada de Filosofia da Educação no Brasil que buscam tratar justamente das discussões acima descritas. O Projeto Pedagógico (Curso de Pedagogia – UEL) caminha nessa direção enfatizando as discussões atuais sobre o tema filosofia e educação no cenário brasileiro. Os limites da disciplina (carga horária, tempo para leitura e aprofundamento dos textos, condição existencial dos estudantes, entre outros) a necessidade de aprofundamento em algumas questões que, por vezes, são externadas pelos próprios estudantes no decorrer das aulas, sendo recorrente a solicitação, por parte desses, a formação de grupos de estudos visando aprofundar o conhecimento de autores que se destacam no cenário da educação brasileira. Dessa forma, dedicar um tempo maior para reflexão de suas ideias e, num espaço de discussão superar os limites da disciplina em si. Assim nasceu o projeto de ensino.

Nesse sentido, considerando que o objetivo dessa disciplina consiste, em linhas gerais, em abordar o pensamento filosófico em relação à educação no Brasil, compreende-se que Rui Barbosa está inserido nesse cenário, com especial contribuição na formação do pensamento educacional brasileiro, fato esse, de inegável reconhecimento. Amplia-se a questão posta ao inserir os escritos de Rui Barbosa no âmbito do Projeto, ou seja, sobre o ensino no Brasil e com isso levantar os problemas, as concepções e as fontes, aspectos constituintes da reflexão filosófico-educacional. Por fim, problematizar o conceito subjacente a todo esse arcabouço: iluminismo brasileiro e educação.

Metodologia

Em termos metodológicos a análise e discussão do material bibliográfico selecionado tomou como ponto de partida a reconstrução histórica e racional dos discursos filosóficos produzidos sobre a educação no Brasil, que pressupõe certo distanciamento na leitura e na interpretação dos textos e a compreensão destes no contexto de sua produção para, então como ponto de chegada, interrogar as teses e os argumentos neles enunciados, a partir de questões formuladas num horizonte intelectual e, com isso desejar uma interpelação em que fiquem evidentes

as questões, os conceitos e as teses defendidas pelo autor e aqueles pensados por quem se põe enquanto interlocutor/pesquisador. Porém, quer se destacar ainda, não propriamente críticas ou elogios que poderiam ser remetidos a Rui Barbosa enquanto um pensador das questões educacionais no Brasil, mas sim, como os temas e as formas de pensar sobre, com e na educação brasileira, desenvolvidas por ele, podem contribuir para o debate sobre filosofia e educação no Brasil.

Rui Barbosa: inspiração para um Brasil republicano

Abordar o pensamento de um autor nunca é uma tarefa fácil. No caso específico de Rui Barbosa, tal abordagem torna-se desafiante, uma vez que se tem no âmbito da literatura, um significativo volume de pesquisas se realizam e são publicadas frequentemente. Todavia, ao considerar que os escritos de Rui Barbosa foram e continuam sendo objeto de pesquisas diversas, no âmbito acadêmico, insistir no estudo desse autor parece ser algo não apenas válido, como também atual. Provoca, por si só, reflexões, paixões e ainda uma retomada da própria história do Brasil e da Educação. Assim, o projeto de pesquisa em ensino não pretende instituir novos dogmas, ou mesmo reafirmar os já existentes, mas sim buscar caminhos de compreensão do pensamento a partir dos problemas colocados, suas fontes e suas concepções.

Rui Barbosa foi advogado, jornalista, político, diplomata, ensaísta e orador que nasceu em Salvador, Bahia, em 05 de novembro de 1849, e faleceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1º de março de 1923. Seu, João Barbosa de Oliveira, um homem voltado para as questões da educação e da cultura que, durante anos, foi dirigente de Instituição Pública de sua província. Foi ele a principal influência na formação do filho, orientando-o no amor à leitura dos clássicos e no respeito à documentação em suas pesquisas.

Após concluir os chamados estudos preparatórios na província natal, foi fazer o curso jurídico em Recife. Mas, levando em conta a tradição da época, transferiu-se em 1868, para a Faculdade de Direito de São Paulo onde se formou em 1870. Mudou-se para o Rio de Janeiro, atuando na tribuna e na imprensa. Uma de suas marcas, no início de carreira, foi a abolição da escravatura. Deputado provincial, e depois geral, preconizou, juntamente com Joaquim Nabuco, a defesa do sistema federativo. Convidado para Ministro do Gabinete Afonso Celso, pouco antes da Proclamação da República, Rui Barbosa recusou o cargo, porque este era, no momento, incompatível com suas ideias federativas. Proclamada a República, foi escolhido para Ministro da Fazenda do Governo Provisório, e respondeu, durante algum tempo, pela pasta da Justiça. Foi eleito

Senador pela Bahia. Em 1905, Rui abriu mão de ser candidato à Presidência da República para apoiar Afonso Pena. Em 1907, teve seu nome colocado entre os “Sete Sábios de Haia” (2ª Conferência da Paz, em Haia).

Em 1913 fundou Partido Liberal, sendo mais uma vez indicado para a Presidência da República, candidatura de que desistiu. No ano seguinte, combateu o estado de sítio, numa série de discursos no Senado. Em 1919, foi novamente levantada sua candidatura à Presidência da República, e ele percorreu vários Estados, em campanha contra a decadência dos nossos costumes políticos. A vitória da campanha foi anulada pela intervenção militar. Por divergências, daí resultantes, com o Governo Epitácio Pessoa, em 1920, recusou a representação do Brasil na Liga das Nações. Em 1921, foi eleito Juiz da Corte Internacional de Justiça, como o mais votado, recebendo as mais significativas homenagens do Brasil e de todo o mundo. A notícia do seu falecimento, em 1º de março de 1923, foi comentada no mundo inteiro.

Após esse breve relato sobre a vida de Rui Barbosa, interessa-nos apresentar seu veio com a questão educacional. Assim, remonta-se à Constituição de 1823, como aquela que evidencia a educação para a cidadania, aqui no Brasil. Mesmo que tal ideário tenha alcançado seu lugar na legislação de então, a realidade se apresentava como uma sociedade estamental, escravocrata e excludente, onde os homens livres e proprietários desfrutavam de direitos devido ao sistema censitário imperial. Por outro lado, há uma preconização, presente entre os constituintes, quanto à disseminação de escolas, ginásios e universidades, tal como a garantia da gratuidade do ensino público.

A questão subjacente à defesa da ampliação do acesso à escola referia-se à desigualdade social, a qual, supunha-se, poderia ser compreendida a partir dos parâmetros de capacidades e talentos individuais. A elite econômica então passa a ser como que destinada a tornar-se elite cultural, uma vez que a universalização do acesso à educação formal não se efetivou, permanecendo privilégio de uns poucos considerados talentosos e mais capazes em relação aos filhos do povo, destinados à execução de tarefas de menor relevância do ponto de vista da vida econômica, política e social.

Até 1870, quando da criação do partido Republicano, não foram registradas grandes mudanças alterações no campo da educação, embora houvesse a crença de que o acesso à escola era indispensável ao progresso do país, o que, por consequência, exigia a transformação dos súditos em cidadãos.

O ideário republicano já acena, pois, com a irredutível incompatibilidade entre um sistema verdadeiramente representativo e a ignorância popular, até então voluntariamente mantida por uma ordem social que prescindia da 'vontade geral' para agir com total onipotência sobre a 'coisa pública'. Havia, nessa perspectiva dos republicanos emergentes, um antagonismo essencial entre realeza e povo, a partir do qual a governabilidade da ordem monárquica se tornava gradualmente instável e sujeita a perturbações. [...] os republicanos concebiam-se como agentes portadores das luzes da razão, no advento de um novo modelo inspirado em países mais adiantados. (BOTO, 1999, p. 4).

Nesse cenário, o Brasil encontrava-se distante dos países mais desenvolvidos, onde a erradicação do analfabetismo e, portanto, o acesso à escola, representava a preparação para o trabalho técnico-industrial. No Brasil, ainda imperava modos arcaicos na área produtiva, mão-de-obra quantitativamente grande, baixa densidade demográfica e acanhada urbanização. Mais estruturado e forte estava o conjunto de atividades agrário-exportador, quando já entrávamos na virada do século XIX. É nesse momento que emerge Rui Barbosa.

Considerando que o governo da chamada 1ª República coaduna com suas ideias, Rui estava determinado a tomar medidas necessárias para promover o progresso industrial no Brasil. Todavia, mesmo com esse desejo duas questões precisavam ser enfrentadas para que tal projeto pudesse ser posto em prática: 1) a falta de recursos a serem investidos na indústria e, 2) a grande demanda por moeda. Aliadas a essas, se somavam as dificuldades advindas pela expansão do trabalho assalariado, após a libertação dos escravos e imigração europeia.

Em face dessas questões, Barbosa decide emitir papel-moeda, outorgando a alguns poucos bancos privados a tarefa de fazê-lo. O descompasso dessa política foi o alto processo inflacionário, conhecido por Encilhamento, fruto da febre especulativa que a medida ministerial ocasionou. Rui Barbosa terminou exonerado do cargo, vítima da ingenuidade de acreditar ser possível transformar, em pouco tempo, um país agrícola em país predominantemente industrial. (VICENTINO & DIRIGO, 2001, p. 462).

Ao se tornar um dos ícones da "ilustração liberal brasileira" ou o "iluminismo brasileiro", influenciado pelo movimento iluminista francês, Rui depositava total confiança no poder da escolarização como caminho à formação de mentes ilustradas. Assim, absorvia e irradiava essas novas temáticas em solo pátrio e, por conseguinte, a defesa de um conceito de educação subjacente que oscilava entre ser instrumento de conquista da liberdade, participação, cidadania e ser um mecanismo de controle e doseamento da liberdade, de civilização, racionalismo e submissão necessários à nova ordem econômica da produção industrial capitalista e às novas relações sociais.

Ideias que provocam



O Iluminismo, movimento intelectual efervescente na Europa no século XVIII, demorou a desembarcar no Brasil colônia e influenciar a cultura, de modo geral. Permaneceu distante pelo fato da natureza que metrópole (Portugal) toma em relação às terras recém “descobertas”. Com a expulsão dos Jesuítas, em 1759, a Reforma Pombalina¹, por sua vez, não interfere significativamente na organização político-cultural dessas terras. No campo educacional, como exemplo, a concepção pautada pela *Ratio Studiorum* (Jesuítas), teve continuidade mesmo com as “aulas régias”². A assimilação dos ideais da modernidade, proposto pelo Marquês de Pombal, só começam a tomar forma com a chegada, às terras tupiniquins, da família real em 1808. Tem-se então o início de um processo de alteração nas estruturas sociais, marcada pela condição de normatização para receber a coroa, em detrimento de um projeto de formação cultural do estado brasileiro.

A partir do fim do século XIX e início do século XX que o movimento de ilustração começou a ganhar força ao ser disseminado por intelectuais brasileiros influenciados pelos ideais de liberdade já espalhados pela Europa. Esse período para o Brasil foi sinal de grandes transformações culturais, econômicas, políticas, sociais e conseqüentemente no campo educacional com o advento de ideais laicos, positivistas e liberais. As ditas reformas realizadas por esses intelectuais impulsionaram o debate educacional, superando gradativamente a educação jesuítica tradicional e conservadora que dominava o pensamento pedagógico brasileiro. O pensamento iluminista elege a “razão” como o grande instrumento de reflexão capaz de melhorar e empreender instituições mais justas e funcionais.

As principais defesas, no campo educacional, se voltam para o acesso e o direito à escolarização com ensino laico e gratuito voltado para a emancipação e autonomia. No Brasil, alguns eventos podem ser destacados como indícios desse pensamento maior, entre eles a “abolição da escravatura” (1888) e a “proclamação da República” (1889). Ao influenciar nossos intelectuais ilustrados, acenam para um cenário de reformas do Estado Brasileiro com vistas à construção de sua “nova” identidade em meio ao pensamento que permeia os diversos países que já vinham se estruturando no sentimento provocado pela modernidade.

A ilustração brasileira foi pautada no poder das ideias, na ciência e na cultura onde se localizam os elementos essenciais para que a escola pudesse formar “melhor os homens” e conseqüentemente uma “sociedade melhor”. Assim, no campo educacional, as influências

¹ Promovida por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal (1750-1777).

² As aulas régias compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja, como uma das características do sistema de ensino público no Brasil realizada pelo Marquês de Pombal em 1759.

iluministas tiveram papel fundamental para a compreensão da necessidade/relevância de um sistema público que atendesse à população de modo amplo. A ideia da universalização do ensino (acesso/permanência) ganhou força, mesmo que, na prática ainda hoje temos sérios problemas em relação a essa concepção. Com ênfase na defesa da formação livre que garantisse o acesso aos valores e a própria moral definidos pelo conceito de civilização apregoados tanto na modernidade como no saber intelectual e científico.

O exame dos textos escritos por Rui e mesmo aqueles que versam sobre seu pensamento permitem perceber a preocupação acima. Em especial com seus conhecidos Pareceres, onde tratava a “pedagogia” como um problema integral da cultura. A escola, principalmente a primária, era defendida como laica, gratuita e para todos. Ideias alimentadas pelo movimento iluminista juntamente com algumas posições políticas em torno dos ideais liberais acerca da educação. Assim, Rui foi um dos intelectuais que divulgou e influenciou a difusão do movimento da Ilustração no Brasil.

Nesse contexto, a educação, numa perspectiva liberal, passa a figurar como forma de resolução dos problemas para transformar súditos em cidadãos e assim nortear os destinos do indivíduo no seio da sociedade. Por isso, acreditava-se que a meta maior a ser alcançada era a estruturação de um estilo de vida em que prevalecesse a liberdade, em vez da servidão; a civilização, em lugar da barbárie; a república, no lugar do absolutismo; a racionalidade, no lugar da irracionalidade; a modernidade, ao invés da tradição; o saber, em vez da ignorância e obscurantismo.

Daí o viés político que assume a educação moderna, encarregada de formar o novo homem para a nova ordem fundada no livre mercado econômico, social e político. Porém, em que pese o fato de serem bastante propaladas tais aspirações de cunho liberal-burguês, a verdade é que a educação como direito de todos, de acesso e apropriação democráticos, não se efetivou de maneira universal. No discurso e na letra da lei, sim, a educação era um direito universal o qual todo indivíduo poderia desfrutar. Na vida concreta, contudo, educação era algo pelo qual tinha-se de esperar.

O movimento da ilustração europeia influencia Rui Barbosa. Talvez, sem perceber as contradições intrínsecas desse ideário que alimentava posições liberais lá e cá, ele termina depositando no "civismo" a sua crença maior; crença que deveria, inclusive, cumprir a tarefa de nortear as finalidades da educação nacional. Na condição de relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, em 1882, Barbosa realiza um profundo estudo das condições da

escola em nosso país. Em seu parecer e em seu projeto de reforma do ensino primário, demonstra-se interessado tanto em "questões pedagógicas", quanto no "cotidiano da instituição escolar"; tanto no "atraso" do ensino nacional, quanto nos "avanços" do sistema escolar dos países mais adiantados. De um povo analfabeto nada se poderia esperar, pois, na ignorância, submergiria a mocidade da nação.

O quadro de esmagadora tristeza que levamos traçado [...] deve acordar na alma dos patriotas, de todos os homens de honra, de todos os amigos deste país, a energia das grandes resoluções, sopitadas pelos nossos hábitos de hereditário desleixo. Uma reforma radical do ensino público é a primeira de todas as necessidades da pátria, amesquinhada pelo desprezo da cultura científica e pela insigne deseducação do povo. Sob esta invocação, conservadores e liberais, no Brasil, podem reunir-se em um terreno neutro: o de uma reforma que não transija com a rotina. Num país onde o ensino não existe, quem disser que é 'conservador em matéria de ensino', volteia as costas ao futuro e desposa os interesses da ignorância. É preciso criar tudo; porquanto o que aí está, salvo raríssimas exceções, e quase todas no ensino superior, constitui uma perfeita humilhação nacional. (BARBOSA, 1947, p. 143).

Referindo-se ao quadro do ensino no Brasil, Rui adverte:

[...] o ensino público está á orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilizada; é que ha decadência, em vez de progresso; é que somos um povo de analfabetos, e que a massa delles, se decrece, é numa proporção desesperadoramente lenta: é que a instrução academica está infinitamente longe do nivel scientifico desta idade; é que a instrução secundaria offerece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para o receber; é que a instrução popular, na Côrte como nas provincias, não passa de um 'desiderium'; é que sobeja materia para nos enchermos de vergonha... (BARBOSA, 1932, p. 287).

E ainda:

Ao nosso ver, a chave misteriosa das desgraças que nos affligem, é esta e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miseria. Eis a grande ameaça contra a existencia constitucional e livre da nação; eis o formidavel inimigo, o inimigo intestino, que se asyia nas entranhas do paiz. (BARBOSA, 1932, p. 289).

O grande problema que a educação deveria enfrentar, então, seria o da "ignorância popular", em função da qual a reforma educacional deveria estar e prover os meios e recursos para que tal objetivo fosse levado a cabo à altura da gravidade da questão. Entretanto, como tentamos evidenciar em momentos anteriores desse breve estudo, toda a ação de Rui voltava-se para a defesa da educação como meio de moralização, ilustração, participação, civismo e formação da capacidade técnica com vistas à formação, no Brasil, de uma nação industrializada. Daí sua atenção voltar-se para as questões ligadas ao trabalho. A educação em nosso país sempre foi vista como um campo

estratégico, como podemos inferir da exposição sobre o pensamento de Rui Barbosa, cuja concepção de educação para a cidadania não extrapola o universo liberal.

Dos ideais de ontem à leitura atual: contribuições de um pensador

Em linhas gerais a atividade proposta desenvolveu-se dentro da normalidade, como a presença de estudantes que, ao seu modo, desejaram conhecer, de modo mais contundente dos caminhos do debate filosófico-educacional no Brasil e, em especial, Rui Barbosa. Buscou-se apresentar os aspectos fundamentais defendidos por Rui Barbosa quando elaborou *as reformas*, como a obrigatoriedade, a liberdade de ensino, a gratuidade, entre outros. Porém, ainda, era necessário reformar os métodos e os programas que, não obstante, foram muito bem discutidos em seus pareceres. Segundo ele, esses seriam capazes de reformular a preferência ao catecismo e ao emprego da memorização, já que advertia que tudo que havia sido utilizado até então, deveria ser descartado e, em seu lugar, adotada uma nova metodologia, capaz de reformar completamente o ensino. Ele desejava construir um sistema nacional de ensino, para tanto considerou necessário mudanças em todos os segmentos educacionais. Suas ideias resultaram de muitos estudos e reflexões, ele era um homem atento às discussões educacionais de seu tempo e dialogava com muitos interlocutores, muitos favoráveis ao seu posicionamento e outros contrários. Por isso, precisava convencer os opositores, sobretudo, deputados “desatentos” sobre as vantagens de um país esclarecido.

Auferia ser palavra de ordem que a escolarização formaria o cidadão e o trabalhador nacional necessários a um país que desejava se modernizar. Seus pareceres são, desta forma, valiosos documentos para a história da educação brasileira, sobretudo, pela amplitude e profundidade com a qual discutiu cada aspecto da educação escolar. Ele deixava clara a necessidade de se reformar o ensino, visto que considerava que todas as instituições existentes precisavam ser reformadas e o que não existia precisaria ser criado, como fora o caso do ensino primário brasileiro.

O pensamento iluminista, que fervilhava na Europa e valorizava as práticas científicas e o ideal de liberdade, fraternidade e igualdade, foi determinante para que o Marquês de Pombal expulsasse os padres jesuítas no século 18, seus ideais, a grosso modo, incorreram em defesas, no campo educacional, que ainda hoje compõe a pauta de movimentos em defesa à educação, tanto nos que evidenciam a concepção de um liberal como os que se opõe. No cerne desse debate a educação, o ensino, a formação humana.

No que tange a vigência das discussões acerca da ilustração brasileira, em sentido amplo, é possível encontrar elementos na organização escolar atual, decorrente de concepções de educação que se aproximam e promovem o diálogo com as teses liberais, que inserem modelos revisitados buscando, a certa maneira, promover o embate com as teses mais à esquerda ou mesmo às que supõe uma provável superação da concepção liberal. Exemplos disso podem ser, facilmente verificados no esforço que promovem educadores como Anísio Teixeira (1900-1971), Paulo Freire (1921-1997) e Dermeval Saviani, entre outros, no desejo que manter vivo o debate acerca do pensamento educacional brasileiro.

No tocante ao debate filosófico-educacional, volver esforços acerca do pensamento de um autor, no caso Rui Barbosa, promove o debate acalorado sobre as diferentes teses que permitem compreender os rumos da educação no Brasil, seus problemas e suas fontes. Ao tomar os problemas atuais, nesse cenário, percebe-se o turbilhão de ideias que sustentam práticas nem sempre esclarecidas ou mesmo, compreendidas à extensão que a problemática posta merece, por se tratar, numa primeira e talvez, mais relevante questão: a formação humana como princípio. Como se depreende do exame de sua atividade pública e intelectual, Rui esteve engajado na crítica do *status quo* republicano. Para levar a cabo tal crítica, o autor munuiu-se não apenas das armas teóricas fornecidas pelo liberalismo político, mas aos investigar as razões da corrupção e do atraso intelectual propõe o acesso à educação como antídoto a essa problemática.

Nesse sentido, em seu diagnóstico de que o sistema político estava refém de oligarquias auto interessadas, que exerciam seu poder de maneira quase ditatorial, Rui não deixou de reconhecer certas debilidades ligadas à desorganização e subserviência da sociedade civil ao aparato político-administrativo. Ao contrário das acusações de seus adversários nacionalistas, o pensamento Rui Barbosa não foi simples importação e reprodução acrítica do iluminismo europeu em terra estranha. A recepção daquele repertório conceitual, em vez de representar um elemento de alienação cultural ou atestado de “idealismo utópico” do autor em relação às “singularidades nacionais”, combinou-se com uma aguda consciência das dificuldades de sua implementação prática. É na tensão entre esse ideário liberal e a realidade brasileira refratária à sua acomodação que, a nosso ver, reside a interpretação mais profícua da obra de Rui Barbosa.

Coloca ao cenário nacional o debate sobre a democracia e conseqüente tensão entre o normativo e o empírico. Para ele, uma autêntica democracia liberal não poderia ser resumida à autorização eleitoral dos governantes. Para que pudesse ser expressa, a vontade da nação dependia de um espaço público relativamente autônomo, a ser promovido pela educação. Daí a relevância em

visitar autores que, ao seu modo, se propuseram a pensar questões basilares sobre a cultura e a organização das instituições. Instigar tal debate e evitar a dogmatização de teses parece ser uma das tarefas mais caras ao ensino de filosofia.

Referências

BARBOSA, R. Quadro do ensino no Brasil [e outros textos]. In PEREIRA, B. **Diretrizes de Rui Barbosa**. São Paulo: Nacional, 1932.

_____. **Escritos e discursos seletos**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

_____. **Mocidade e exílio (Cartas)**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934.

_____. **Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1947.

BOTO, C. **A escola primária como tema do debate político às vésperas da República**. Revista Brasileira de História. v. 19, n. 38, São Paulo, 1999. Versão na internet, em 19 páginas: Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v19n38/1004.pdf>. Acesso em: 02.09.2014.

CHAUÍ, M. de S. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOURENÇO FILHO, M. B. **A pedagogia de Rui Barbosa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

SALDANHA, N. **História das ideias políticas no Brasil**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

VICENTINO, C. & DIRIGO, G. **História geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001. (Série Parâmetros).